

## Direito Tributário 2007

**21.** Nos termos do Código Tributário Nacional, o lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos:

- I. quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração, deixe de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade;
- II. quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;
- III. quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação.

Analise os itens acima e assinale:

- (A) se nenhum item estiver correto.
- (B) se somente os itens I e III estiverem corretos.
- (C) se somente os itens II e III estiverem corretos.
- (D) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- (E) se todos os itens estiverem corretos.

**22.** Nos termos do Código Tributário Nacional, é causa de exclusão do crédito tributário:

- (A) o pagamento.
- (B) o parcelamento.
- (C) a isenção.
- (D) a não-incidência.
- (E) a moratória.

**23.** Especificamente em relação ao ICMS, uma das alternativas a seguir apresenta matéria(s) que não precisa(m) ser veiculada(s) por Lei Complementar. Assinale-a.

- (A) definição de contribuintes
- (B) determinação de alíquotas
- (C) previsão de casos de manutenção de crédito, relativamente à remessa para outro Estado e exportação para o exterior, de serviços e de mercadorias
- (D) regulação da forma pela qual, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados
- (E) disciplina do regime de compensação do imposto

**24.** O art. 5º do Código Tributário Nacional determina que os tributos se dividem em:

- (A) impostos, taxas e contribuições de melhoria.
- (B) impostos, taxas, contribuições sociais e contribuições de melhoria.
- (C) impostos, taxas, contribuições sociais, contribuições de melhoria e empréstimos compulsórios.
- (D) impostos, taxas, contribuições sociais e empréstimos compulsórios.
- (E) impostos, contribuições sociais, contribuições de melhoria e empréstimos compulsórios.

**25.** Conforme definição do Código Tributário Nacional, são denominadas normas complementares:

- I. as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa;
- II. as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas;
- III. decretos editados pelos entes federados.

Analise os itens acima e assinale:

- (A) se nenhum item estiver correto.
- (B) se somente os itens I e III estiverem corretos.
- (C) se somente os itens II e III estiverem corretos.
- (D) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- (E) se todos os itens estiverem corretos.

**26.** Assinale a afirmação **incorreta**.

- (A) Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento.
- (B) O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
- (C) O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de impugnação ou recurso administrativo.
- (D) A modificação introduzida nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.
- (E) A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

**27.** Nos casos de tributos que não estão sujeitos a lançamento por homologação, o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após:

- (A) cinco anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- (B) dez anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- (C) cinco anos, contados da data de ocorrência do fato gerador.
- (D) dez anos, contados da data de ocorrência do fato gerador.
- (E) um ano, contado da data de ocorrência do fato gerador.

**28.** Tendo como base o Código Tributário Nacional, analise as afirmativas a seguir:

- I. Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.
- II. A isenção, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei ou contrato para concessão.
- III. A anistia é uma forma de exclusão do crédito tributário e não se aplica, salvo disposição em contrário, às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais

pessoas naturais ou jurídicas.

Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa for verdadeira.
- (B) se somente as afirmativas I e II forem verdadeiras.
- (C) se somente as afirmativas I e III forem verdadeiras.
- (D) se somente as afirmativas II e III forem verdadeiras.
- (E) se todas as afirmativas forem verdadeiras.

**29.** Não são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

- (A) os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício.
- (B) os bancos públicos.
- (C) as empresas de administração de bens.
- (D) entidades ou pessoas que a lei designe, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão, quando o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.
- (E) os bancos privados.

**30.** Nos termos do Código Tributário Nacional, é modalidade de suspensão de exigibilidade do crédito tributário a:

- (A) transação. (B) prescrição.
- (C) moratória. (D) anistia.
- (E) remissão.

**31.** Segundo o Código Tributário Nacional, impõe-se interpretação literal de norma tributária que disponha sobre:

- (A) moratória. (B) compensação.
- (C) transação. (D) prescrição.
- (E) remissão.

**32.** É vedada a cobrança no mesmo exercício financeiro, e antes de noventa dias da data da publicação da lei que os institui ou aumenta, dos seguintes tributos:

- (A) ITD e ISS.
- (B) Imposto de Renda e ICMS.
- (C) IPI e ICMS.
- (D) Imposto de Renda e ISS.
- (E) IPI e Contribuição para o Custeio de Iluminação Pública.

**33.** Assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
- (B) Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.
- (C) Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos, tratando-se de situação de fato, desde o momento em que se verificarem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios.
- (D) Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos, tratando-se de situação jurídica, desde o momento em

que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável.

(E) A definição legal do fato gerador é interpretada considerando-se a validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos.

**34.** Caso a União, em 1º de julho de 2008, publique lei aumentando a alíquota da Cofins, de 3% para 3,5%, de pessoas jurídicas não sujeitas ao regime da não-cumulatividade, a primeira data em que o referido aumento poderá produzir efeitos, considerando as alternativas a seguir, será:

- (A) 1º de janeiro de 2009.
- (B) 1º de abril de 2009.
- (C) 1º de novembro de 2008.
- (D) 2 de julho de 2008.
- (E) 29 de setembro de 2008.

**35.** Caso o Estado, em 30 de junho de 2008, publique lei majorando a alíquota do ICMS na prestação de serviços de comunicação, de 25% para 30%, o referido aumento passará a produzir efeitos em:

- (A) 1º de janeiro de 2009.
- (B) 1º de setembro de 2008.
- (C) 1º de abril de 2009.
- (D) 1º de outubro de 2008.
- (E) 1º de julho de 2008.

**36.** De acordo com o art. 155, § 2º, inciso XII, c) da CRFB/88, é correto afirmar que o regime de compensação do ICMS deve ser disciplinado:

- (A) em lei dos Estados e pelo Distrito Federal, tendo em vista a autonomia desses entes federados.
- (B) pelo Confaz.
- (C) em lei complementar.
- (D) no Regulamento do ICMS dos Estados e do Distrito Federal.
- (E) em convênio e lei estadual ou distrital.

**37.** De acordo com o art. 150, § 7º, da CRFB/88, a atribuição a sujeito passivo de obrigação tributária da condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente depende de:

- (A) convênio entre os Estados e o Distrito Federal.
- (B) decreto do Chefe do Poder Executivo, desde que autorizado em lei específica.
- (C) convênio entre os Estados e o Distrito Federal e lei específica.
- (D) decreto do Chefe do Poder Executivo.
- (E) lei.

**38.** De acordo com o art. 150 da CRFB/88, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir:

- (A) tributos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; templos de qualquer culto; patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações,

das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

(B) impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; templos de qualquer culto; patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

(C) impostos ou contribuições sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; templos de qualquer culto; patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

(D) tributos e impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; templos de qualquer culto; patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

(E) contribuições e tributos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; templos de qualquer culto; patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

**39.** Em 1º de agosto de 2003, determinado contribuinte recolheu o ICMS aplicando alíquota menor que a correta. À época do fato gerador, a alíquota do ICMS correta era de 25%, e a multa prevista para esse tipo de infração era de 80% do valor do imposto não recolhido. Em 31 de dezembro de 2003, o Estado editou uma lei reduzindo a referida alíquota para 20% e majorando a multa para 90%. Em 31 de dezembro de 2004, o Estado editou nova lei reduzindo o valor da multa para 70% e fixando a alíquota em 27%, sendo esta a lei vigente no dia da autuação. A alíquota e a multa que o fiscal aplicaria para constituir o crédito tributário em razão da infração cometida por esse contribuinte seriam, respectivamente, de:

(A) 20% e 90%. (B) 20% e 80%.  
(C) 25% e 80%. (D) 25% e 70%.  
(E) 27% e 70%.

**40.** De acordo com o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da CRFB/88, a alíquota mínima do ISS é de:

(A) 5%. (B) 2%.  
(C) 3%. (D) 0,5%.  
(E) 1%.

Gabarito oficial pós-recursos da PROVA 2 – COR AMARELA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
E	*	A	E	A	A	C	B	D	B	E	C	D	*	E	C	D	C	B	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
E	C	B	A	D	C	A	E	D	C	A	A	E	E	A	C	E	B	D	B
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
D	D	C	B	D	D	D	*	C	B	E	D	E	E	D	A	C	E	A	B
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
D	E	B	A	B	C	*	E	B	B	E	A	E	E	C	C	C	C	A	A
81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
C	C	*	C	A	D	D	B	A	*	D	C	B	E	E	A	B	D	E	E

\* Questão anulada

## Direito Tributário 2008

**21.** O Estado do Rio de Janeiro decidiu instituir tributo relativo à construção de rede de esgotos, com lançamento ao mar por emissário submarino construído com dotação orçamentária específica. O tributo aludido:

- (A) só poderá ser uma contribuição de melhoria.
- (B) não poderá ser instituído, por ser devida, no caso, apenas a cobrança de tarifa.
- (C) é de competência privativa conforme classificação doutrinária.
- (D) deve ser imposto, uma vez que tal serviço não é específico nem divisível.
- (E) só poderá ser uma taxa, por vinculado à prestação de serviço específico e divisível.

**22.** No Brasil, em sede de tributação, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os Estados, os Municípios e o Distrito Federal não têm competência para instituir contribuição social, mesmo que para custeio do regime previdenciário pertinente aos seus funcionários.
- (B) As taxas são instituídas para suportar os custos da realização de obras públicas de que decorra a valorização imobiliária de particulares.
- (C) Os tributos intermunicipais, cobrados pelos Municípios, destinam-se a estabelecer limitações ao tráfego de bens, tendo em vista o interesse público.
- (D) As contribuições de melhoria são devidas em função da prestação de serviços públicos divisíveis.
- (E) Os Municípios podem instituir taxas em razão do exercício do poder de polícia, com bases de cálculo diferentes das dos impostos.

**23.** Complete as afirmativas apresentadas na coluna da esquerda com os itens apresentados à direita:

- ( ) Nas operações com combustíveis e lubrificantes, as alíquotas do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) são definidas mediante
- ( ) Alíquotas mínimas do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), nas operações internas, podem ser estabelecidas por
- ( ) O Código Tributário Nacional (CTN) foi votado como
- ( ) A disciplina de compensação do ICMS cabe à
- ( ) As alíquotas do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação, são estabelecidas por
- I. resolução do Senado Federal de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros.
- II. lei ordinária.
- III. lei complementar.
- IV. resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros.
- V. convênio.

Assinale a seqüência correta, de cima para baixo.

- (A) IV - III - II - I - V
- (B) V - I - II - III - IV
- (C) V - I - II - IV - III
- (D) IV - I - III - II - V
- (E) III - V - II - I - IV

**24.** No caso de o contribuinte recusar a exibição de livros e/ou documentos, que se suspeita estarem dentro de certo móvel existente no estabelecimento, o Fiscal de Rendas:

- (A) deverá apenas autuar o contribuinte pela nãoexibição dos livros e documentos solicitados.
- (B) deverá apreender o dito móvel.
- (C) deverá lacrar o dito móvel, lavrando termo desse

procedimento.

(D) deverá requisitar autoridade policial para arrombar o móvel.

(E) deverá, de imediato, requisitar a exibição judicial dos livros e documentos.

**25.** As duas facetas do princípio da não-surpresa – Constituição Federal/88, art. 150, III, “b” e “c” – aplicam-se ao:

(A) imposto de renda.

(B) IPI.

(C) empréstimo compulsório.

(D) ICMS.

(E) imposto extraordinário de guerra.

**26.** É **incorreto** afirmar que, em relação aos tributos de sua competência, o Estado do Rio de Janeiro:

(A) pode acordar com um Município para que este proceda à respectiva cobrança.

(B) é o sujeito ativo, exclusive quanto à contribuição previdenciária devida por seus funcionários.

(C) é proprietário do total do produto da respectiva arrecadação.

(D) não pode delegá-la a um Município, em hipótese alguma.

(E) pode, por seu Poder Legislativo, conceder isenção, à exceção do ICMS.

**27.** Regimes especiais ou simplificados do ICMS e definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas são matérias:

(A) próprias de lei complementar.

(B) próprias de convênios entre os Estados e o Distrito Federal.

(C) próprias de resolução do Senado Federal.

(D) próprias de decreto do governador.

(E) próprias de lei complementar e resolução do Senado Federal, mas, excepcional e provisoriamente, podem ser supridas por convênio entre os Estados e o Distrito Federal.

**28.** Com relação à imposição de penalidade, é correto afirmar que:

(A) exime o infrator do cumprimento da obrigação que lhe deu causa.

(B) não se pode concretizar em face daqueles que procedem na conformidade de decisão da autoridade competente.

(C) impede a cobrança do tributo porventura devido.

(D) é excluída pela denúncia espontânea de infração, mesmo que o contribuinte deixe de recolher o tributo devido ou o faça sem os devidos

acréscimos moratórios.

(E) decorrente de falsificação de documento é excluída, se houver concomitantemente infração por falta de pagamento do imposto.

**29.** Extinta a pessoa jurídica de direito privado, continuando a respectiva atividade a ser exercitada por sócio remanescente, sob uma outra razão social, é correto afirmar que:

(A) a nova empresa criada pelo sócio remanescente é responsável pela totalidade dos tributos devidos pela sociedade extinta, desde que já tenham sido lançados.

(B) a nova empresa criada pelo sócio remanescente apenas responde por metade dos tributos devidos pela sociedade extinta.

(C) inexistente responsabilidade, pois a atividade é continuada pelo sócio sob outra razão social.

(D) a sociedade constituída pelo sócio remanescente é responsável pelos tributos devidos pela sociedade extinta, independentemente de sua razão social.

(E) inexistente responsabilidade, salvo se a nova empresa iniciar as operações dentro de seis meses a contar da data da extinção da referida no enunciado.

**30.** *O direito à repetição do indébito tributário extingue-se no prazo de \_\_\_\_\_ anos, a contar \_\_\_\_\_.*

Assinale a alternativa que complete corretamente as lacunas da frase acima.

(A) cinco + cinco / da extinção do crédito tributário

(B) cinco / da suspensão do crédito tributário

(C) cinco + cinco / da suspensão do crédito tributário

(D) cinco / da extinção do crédito tributário, salvo para o ICMS e o ISS

(E) cinco / da extinção do crédito tributário

**31.** No sistema tributário nacional, é correto afirmar que:

(A) os tratados internacionais podem conter cláusula que enseje exoneração de imposto estadual.

(B) os sócios-gerentes respondem pelas dívidas tributárias da sociedade, em qualquer situação.

(C) os atos normativos entram em vigor sempre na data de sua publicação.

(D) as normas de isenção exigem interpretação literal, ou seja, podem ter aplicação analógica.

(E) as normas de isenção tributária se aplicam, de regra, a fatos ocorridos antes do início de sua vigência.

**32.** A respeito da quebra do sigilo bancário do contribuinte pela fiscalização tributária, é correto afirmar que:

- (A) depende sempre de autorização judicial.
- (B) não se pode dar de modo algum.
- (C) viola a Constituição.
- (D) pode ocorrer, no caso de processo administrativo em trâmite.
- (E) para sua concreção, basta que a autoridade fiscal expeça intimação escrita.

**33.** Com relação à expedição da Certidão Negativa de Débito (CND ou CPEN), em caso de débito de imposto, cujo valor o contribuinte já informara à Fazenda mediante documento próprio (GIA-ICMS), é correto afirmar que:

- (A) não pode ser expedida em hipótese alguma.
- (B) só pode ser expedida após a efetivação do lançamento a cargo da autoridade administrativa.
- (C) não pode ser expedida, salvo se o contribuinte pagou o débito declarado.
- (D) só pode ser expedida se ocorrer a suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
- (E) não pode ser expedida, pois não ocorreu inscrição do débito na Dívida Ativa.

**34.** No termo da inscrição da dívida ativa, **não** é necessário indicar:

- (A) o valor dos juros moratórios devidos.
- (B) a data da inscrição.
- (C) a quantia devida.
- (D) o nome do devedor e seu domicílio.
- (E) a origem e a natureza do débito.

**35.** Débito de ICMS teve o fato gerador ocorrido em 01.04.01, foi objeto de lançamento em 20.04.02, foi inscrito em dívida ativa em 20.05.04 e, em 25.05.05, o juiz despachou determinando a citação (Execução Fiscal). O contribuinte devedor alienou todos os seus bens em \_\_\_\_, caracterizando fraude à execução. Assinale a alternativa que complete corretamente a lacuna do trecho acima:

- (A) 20.05.02
- (B) 10.01.04
- (C) 31.03.03
- (D) 01.09.02
- (E) 30.11.04

**36.** A respeito dos empréstimos compulsórios, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A competência para a instituição de empréstimo

compulsório é exclusiva da União Federal.

(B) Os empréstimos compulsórios podem ser instituídos por medida provisória, desde que haja relevância e urgência.

(C) Lei complementar não pode estabelecer situações de cabimento para instituição de empréstimo compulsório.

(D) O empréstimo compulsório vinculado à calamidade pública é excepcionado do princípio da anterioridade.

(E) Só podem ser instituídos empréstimos compulsórios no caso de guerra externa, ou sua iminência, calamidade pública e investimento público de caráter urgente e relevante interesse nacional.

**37.** Em relação ao tema “decadência tributária”, assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) A contagem do prazo inicia-se na data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

(B) A contagem do prazo inicia-se na data da inscrição do crédito tributário em dívida ativa.

(C) A contagem do prazo inicia-se no primeiro dia do exercício seguinte ao daquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, em se tratando de IPTU.

(D) A contagem do prazo inicia-se da data da ocorrência do fato gerador, nos impostos apurados mediante lançamento por homologação.

(E) A contagem do prazo inicia-se pela notificação ao sujeito passivo de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

**38.** Afronta preceito constitucional:

(A) convênio definir regras atinentes à apuração e à destinação do ICMS incidente nas operações interestaduais e internas com combustíveis e lubrificantes.

(B) lei ordinária dispor sobre substituição tributária, exceto se aplicável ao ICMS.

(C) lei complementar regular limitações constitucionais ao poder de tributar.

(D) resolução de o Senado Federal fixar alíquotas máximas aplicáveis ao IPVA.

(E) decreto alterar alíquota de alguns impostos federais de caráter extrafiscal.

**39.** *Lei disciplinadora de certo tributo de fato gerador periódico foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.*

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

(A) Os contribuintes têm direito à restituição do que pagaram a título de referido tributo, salvo em relação àqueles casos em que antes tenha transitado em julgado decisão judicial favorável à Fazenda Pública de que não caiba ação rescisória.

(B) Os contribuintes têm direito à restituição do que pagaram a título de referido tributo, salvo se o Supremo Tribunal Federal conferiu à declaração de inconstitucionalidade efeitos *ex tunc*.

(C) Os contribuintes têm direito à restituição do que pagaram a título de referido tributo.

(D) Os contribuintes têm direito à restituição do que pagaram a título de referido tributo, a não ser que esse tributo fosse uma taxa.

(E) Os contribuintes não têm direito à restituição do que pagaram a título de referido tributo, qualquer que seja a situação.

**40.** Em relação a débito de tributo ainda não objeto de lançamento, o contribuinte pode:

I. conseguir uma liminar em mandado de segurança.

II. obter parcelamento.

III. vê-lo abrangido por decadência.

IV. alcançar êxito em ação de consignação de pagamento.

Em tais hipóteses, o crédito tributário, respectivamente, terá sido objeto de:

(A) extinção, suspensão de sua exigibilidade, suspensão de sua exigibilidade, extinção.

(B) suspensão de sua exigibilidade, exclusão, extinção e suspensão de sua exigibilidade.

(C) exclusão, suspensão de sua exigibilidade, extinção e exclusão.

(D) suspensão de sua exigibilidade, suspensão de sua exigibilidade, exclusão e exclusão.

(E) suspensão de sua exigibilidade, suspensão de sua exigibilidade, extinção e extinção.

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	E	B	C	D	C	A	B	D	E
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	D	C	A	E	B	B	D	C	E

## Direito Tributário 2009

81. A respeito dos denominados *acordos de bitributação* (Tratados Internacionais Bilaterais em Matéria de Imposto sobre a Renda) firmados pelo Brasil, assinale a afirmativa correta.

- (A) Submetem-se à lei interna brasileira sempre que com ela (lei interna) conflitarem.
- (B) Sobrepõem-se à lei interna, limitando a sua eficácia nas hipóteses previstas em seus dispositivos (dos acordos de bitributação).
- (C) Podem limitar as alíquotas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) nos casos de pagamentos de *royalties* ao exterior.
- (D) Ampliam a soberania tributária do Brasil sobre fatos econômicos que, na sua ausência, não seriam tributados.
- (E) Sobrepõem-se ao direito interno, inclusive em relação aos dispositivos constitucionais, pois contêm normas supranacionais.

82. Com relação ao *instituto da substituição tributária*, aplicado ao ICMS, analise as seguintes afirmativas:

- I. Trata-se de um mecanismo legal pelo qual a responsabilidade pelo pagamento do imposto pode ser atribuída a sujeito passivo outro que não o contribuinte, destinatário constitucional do tributo.
- II. A chamada “substituição tributária para frente” tem relação direta com o instituto da responsabilidade por sucessão prevista no artigo 129 do Código Tributário Nacional.
- III. Trata-se de uma decorrência lógica do perfil plurifásico do ICMS.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

83. Com relação às *formas de extinção do crédito tributário*, analise as seguintes afirmativas:

- I. A dação em pagamento, consoante o artigo 156 do Código Tributário Nacional, pode ocorrer tanto em relação aos bens móveis como aos bens imóveis.
- II. A impossibilidade do pagamento, no sistema brasileiro, é forma legalmente (Código Tributário Nacional) prevista de extinção do crédito tributário.
- III. O crédito tributário será extinto por decisão administrativa favorável ao contribuinte contra a qual não possa mais ser oposto recurso ou ação anulatória.

Assinale

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

84. A Lei Complementar desempenha papel de grande relevância em matéria tributária. Conforme se infere do artigo 146 da Constituição Federal, cabe à Lei Complementar:

- (A) fixar uma alíquota única do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (2%) em todo o território nacional, com o fim de debelar a guerra fiscal travada entre os Municípios.
- (B) regulamentar a denominada “cláusula geral antielisiva” inserida no Código Tributário Nacional (parágrafo único do artigo 116).
- (C) introduzir os tratados internacionais em matéria tributária

(acordos de bitributação) no sistema tributário brasileiro.  
(D) ampliar a competência tributária constitucionalmente estabelecida dos entes da federação.  
(E) prevenir situações de desequilíbrio nas condições de concorrência mediante critérios especiais de tributação.

85. A *Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE)*, nos termos concebidos pela Lei nº 10.168/00, deveria incidir sobre os contratos que implicassem transferência de tecnologia, por ocasião de pagamento, crédito, entrega, remessa ou emprego de valores ao residente no exterior. Posteriormente, a Lei nº 10.332/01 ampliou a hipótese de incidência da CIDE para abranger também os casos envolvendo o pagamento, crédito, entrega, remessa ou emprego de *royalties* a qualquer título (mesmo sem transferência de tecnologia) a residente no exterior.

A esse respeito, é correto afirmar que:

- (A) o valor recolhido no Brasil a título de CIDE poderá ser utilizado como crédito pelo beneficiário dos *royalties* (residente no exterior) para fins de compensação com o Imposto de Renda devido sobre o valor recebido.
- (B) o contribuinte da CIDE coincide com o contribuinte do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre pagamento, remessa, crédito, entrega ou emprego de *royalties*.
- (C) a incidência da CIDE sobre valores pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos ao exterior a título de *royalties* gera direito a crédito para o contribuinte desse tributo no Brasil no caso de contratos de exploração de patentes e uso de marcas.
- (D) no caso de pagamento, crédito, entrega, remessa ou emprego de *royalties* a residente no exterior, deverá ser pago o Imposto de Renda Retido na Fonte à alíquota de 25%, bem como a CIDE à alíquota de 10%, independentemente do país de residência do beneficiário.
- (E) o valor integral das receitas arrecadadas por meio da CIDE poderá ser destinado como melhor aprouver ao Chefe do Executivo Federal.

86. A respeito da aquisição, a qualquer título, de fundo de comércio, estabelecimento comercial, industrial ou profissional, para fins de responsabilidade tributária, é correto afirmar que:

- (A) implicará sempre, para o adquirente, responsabilidade integral.
- (B) não haverá responsabilidade do adquirente na hipótese de se tratar de alienação judicial de filial ou unidade produtiva isolada em processo de recuperação judicial.
- (C) a extensão da responsabilidade do adquirente não se altera em função do fato de o alienante (do estabelecimento) cessar a exploração de comércio, indústria ou atividade.
- (D) nos casos de aquisição de mero estabelecimento, não há que se falar em responsabilidade por sucessão, o que apenas ocorre nos casos de aquisição da própria pessoa jurídica titular do estabelecimento.
- (E) o contrato firmado com o alienante, pelo qual este assume a responsabilidade pelos débitos gerados durante sua gestão, poderá ser oposto, pelo adquirente, ao Fisco.

87. Com relação ao tema *Obrigações Tributárias*, considerando a existência da obrigação principal e das obrigações ditas acessórias, analise as afirmativas a seguir:

I. As obrigações acessórias extinguem-se inexoravelmente por força do pagamento do tributo, não havendo que se falar, assim, em penalidade por seu descumprimento.

II. As obrigações acessórias convertem-se em obrigação principal no caso de sua inobservância no que diz respeito à penalidade pecuniária.

III. As obrigações acessórias correspondem às obrigações de fazer e não-fazer.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa II estiver correta.

(B) se somente a afirmativa III estiver correta.

(C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

(D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

(E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

88. Em relação à *fiscalização tributária*, analise as afirmativas a seguir:

I. Determina o código tributário nacional que a autoridade administrativa que presidir quaisquer diligências de fiscalização deverá, preferencialmente, lavrar termo autônomo de início do respectivo procedimento, cuja cópia será entregue ao sujeito fiscalizado; caso haja recusa de recebimento do aludido termo pelo contribuinte, o início da ação fiscal há de ser certificado em um dos livros fiscais a serem exibidos na forma da legislação.

II. Somente antes do início de qualquer procedimento de fiscalização é possível ao contribuinte se socorrer do benefício da denúncia espontânea, afastando-se a responsabilidade por infrações à legislação tributária, desde que haja o pagamento integral do tributo devido acrescido dos juros de mora.

III. O artigo 195 do CTN reza que “para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibi-los”. Com base nesse dispositivo, o Supremo Tribunal Federal editou súmula de modo a consolidar o entendimento de que se sujeitam à fiscalização tributária ou previdenciária quaisquer livros comerciais, ilimitadamente, independentemente dos pontos objeto da investigação.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.

(B) se somente a afirmativa II estiver correta.

(C) se somente a afirmativa III estiver correta.

(D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

89. A Constituição Federal de 1988 atribui competência tributária aos entes da Federação.

Com relação à União, é correto afirmar que:

(A) encontra-se autorizada a tributar a renda de obrigações da dívida pública dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

(B) tem competência para instituir isenções de tributos cuja competência foi constitucionalmente assegurada aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

(C) pode estabelecer tributo não uniforme no território nacional.

(D) pode estabelecer, por meio de lei complementar, outros tributos além dos expressamente mencionados na Constituição Federal, desde que não sejam cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios

dos discriminados constitucionalmente.

(E) não tem competência, em Território Federal, sobre impostos estaduais.

90. Considere a seguinte situação hipotética:

▶ Um determinado contribuinte praticou o fato gerador de um tributo de competência da União, sujeito a lançamento por homologação, tendo pagado e declarado ao fisco, no mês de março de 1984, valor inferior ao efetivamente devido. Em procedimento de fiscalização, o auditor fiscal de tributos constatou o recolhimento efetuado a menor e lavrou auto de infração constituindo o crédito tributário cabível, tendo notificado o contribuinte em junho de 1989.

▶ Inconformado com o lançamento, o contribuinte promoveu impugnação administrativa em julho de 1989, tendo seu pleito sido definitivamente julgado, em grau de recurso, em agosto de 1996, assinalado ao contribuinte o prazo de 30 dias para pagamento espontâneo do crédito tributário.

▶ Inscrito o crédito em dívida ativa em maio de 1999, o ajuizamento da ação ocorreu em novembro de 2002, tendo sido o contribuinte citado no mês subsequente.

A respeito dessa situação, analise as afirmativas a seguir:

I. Não se operou a decadência.

II. Ocorreu a prescrição intercorrente no processo administrativo.

III. Ocorreu a prescrição pela inércia do fisco quanto ao exercício do direito de ação de cobrança.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.

(B) se somente a afirmativa II estiver correta.

(C) se somente a afirmativa III estiver correta.

(D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

91. O Imposto de Renda, conforme previsão constitucional (artigo 153, § 2º), deverá ser norteado pelos critérios da generalidade, universalidade e progressividade. Com fundamento nos aludidos critérios, analise as seguintes afirmativas:

I. A tributação, pelo Imposto de Renda, da pessoa física e jurídica residente no Brasil poderá recair sobre fatos econômicos concretizados no exterior.

II. Os não-residentes (pessoas físicas ou jurídicas) no Brasil são tributados pelo Imposto de Renda em bases universais (renda global).

III. A tributação de fatos econômicos originados em outro país somente será juridicamente viável se houver acordo de bitributação (Tratado Internacional Bilateral em Matéria de Imposto de Renda), pois seria ilegal a incidência de um tributo brasileiro sobre fato ocorrido em território estrangeiro, sob pena de violação de soberania deste país.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.

(B) se somente a afirmativa II estiver correta.

(C) se somente a afirmativa III estiver correta.

(D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

(E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

92. Analise as afirmativas a seguir:

I. Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração, o valor ou o preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrará aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou não mereçam fé

as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial. No entanto, havendo escrituração regular, ainda que parcialmente, o Fisco deverá sempre adotá-la como base de prova.

II. A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou excluir tributo, pode ser feita a qualquer tempo, independentemente da constituição do crédito tributário pelo lançamento, desde que haja comprovação do erro em que se funde.

III. Segundo jurisprudência do STJ, tratando-se de tributo sujeito a lançamento por homologação, e tendo o contribuinte declarado o débito e não pago no vencimento, considera-se desde logo constituído o crédito tributário, tornando-se dispensável a instauração de procedimento administrativo com a finalidade de promoção do lançamento para viabilizar a posterior cobrança judicial.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

93. Com relação ao tema *Limitações ao Poder de Tributar*, analise as seguintes sentenças:

I. Como modo de combater a guerra fiscal, a Constituição Federal outorgou ao legislador complementar competência para regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados. Em atendimento a esse objetivo, a Lei Complementar nº 24/75 determina que a concessão de benefícios, ou a sua revogação total ou parcial, dependerá sempre de decisão unânime dos Estados federados.

II. É vedado à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, sendo inadmitida, portanto, a concessão de incentivos fiscais ainda que destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do país.

III. Em caso de outorga de isenção tributária a uma classe de contribuintes, a fim de promover o desenvolvimento socioeconômico de uma dada região, é possível àqueles excluídos pela lei socorrerem-se do Poder Judiciário para, com base no princípio da isonomia, obterem idêntico tratamento fiscal.

Assinale:

- (A) se todas as sentenças estiverem corretas.
- (B) se somente as sentenças I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as sentenças I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as sentenças II e III estiverem corretas.
- (E) se nenhuma sentença estiver correta.

94. Em relação às *espécies tributárias*, assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de atuação nas respectivas áreas.

(B) Os impostos são tributos não vinculados a quaisquer atividades estatais relacionadas ao contribuinte, sendo

vedada a vinculação de suas receitas a órgãos, fundos ou despesas, salvo exceções constitucionalmente previstas.

(C) A contribuição de melhoria é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

(D) As taxas, cobradas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição, não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

(E) A União poderá instituir, mediante lei ordinária, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, na iminência ou no caso de guerra externa, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.

95. Em relação aos *tributos de competência estadual*, é correto afirmar que:

(A) os Estados possuem competência para instituição do imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos, cujas alíquotas máximas serão fixadas por lei complementar.

(B) em relação à tributação dos programas de computador, ou *software*, o Supremo Tribunal Federal já decidiu que, nas operações relativas ao “licenciamento ou cessão de direito de uso”, não cabe aos Estados a instituição do ICMS, posto não estar caracterizada uma circulação de mercadoria; por outro lado, em se tratando dos chamados “*software* de prateleira”, produzidos em série e comercializados no varejo, vigora entendimento positivo quanto à possibilidade de tributação por meio do aludido tributo uma vez materializado o *corpus mechanicum* da criação intelectual do programa, caracterizando, assim, o conceito de mercadoria.

(C) o ICMS será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal; em atendimento à não-cumulatividade a isenção ou não-incidência, implicarão direito a crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes, salvo determinação em contrário da legislação.

(D) o imposto incidente sobre a propriedade de veículos automotores não poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e da utilização.

(E) de acordo com o texto constitucional vigente, o ICMS incidirá sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade, cabendo o imposto ao Estado onde ocorrer o desembaraço aduaneiro, independentemente da localização do destinatário do bem ou mercadoria.

96. De acordo com a redação do Código Tributário Nacional (artigo 156), analise as afirmativas a seguir:

I. *Novação: extingue a obrigação tributária mediante a criação de uma outra que substituirá a primeira.*

II. *Confusão: desde que, na mesma pessoa, se confundam as qualidades de credor e devedor.*

III. *Anistia: dispensa o pagamento das multas provenientes da desobediência à legislação tributária.*

**Não** podem ser mencionada(s), expressamente, como modalidade(s) de extinção do crédito tributário:

- (A) as afirmativas I, II e III.
- (B) somente as afirmativas II e III.
- (C) somente as afirmativas I e III.
- (D) somente as afirmativas I e II.
- (E) somente a afirmativa II.

97. Em relação à *competência tributária*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Corresponde à aptidão de que são dotados os entes políticos para editarem leis instituidoras de tributos.
- (B) É indelegável, salvo a atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos.
- (C) De acordo com os ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal, constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.
- (D) Seu não-exercício no tempo, pelo prazo de cinco anos contados da promulgação da Constituição, implica sua transferência para outro ente federativo, nos termos de Resolução a ser editada pelo Senado Federal.
- (E) A outorga de competências tributárias aos entes federativos afigura-se como pedra angular da forma federativa de Estado, caracterizado por entes políticos dotados de autonomia financeira.

98. A lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade, e que indique o período a que se refere o pedido. O contribuinte pode, ainda, obter a chamada certidão positiva com efeito de negativa, nas seguintes situações, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Ajuizar ação anulatória acompanhada do depósito do montante integral do crédito tributário.
- (B) Ser considerado devedor de créditos ainda não vencidos.
- (C) Ser credor da Fazenda Pública.
- (D) Ter contra si ajuizada execução fiscal na qual tenha sido efetivada penhora.
- (E) Celebrar parcelamento da dívida.

99. De acordo com o Código Tributário Nacional a lei aplica-se a ato ou fato pretérito.

A esse respeito analise as afirmativas que apresentam as situações em que a lei se aplica.

- I. Em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados.
- II. Quando reduza a alíquota de tributo cujo fato gerador já foi praticado, desde que a defesa ofertada pelo contribuinte, administrativa ou judicial, ainda não tenha sido definitivamente julgada.
- III. Tratando-se de ato não definitivamente julgado, quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado falta de pagamento de tributo.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

100. A Lei Complementar nº 104/01 inseriu o parágrafo único ao artigo 116 do Código Tributário Nacional, tendo por objetivo restringir a prática do planejamento tributário, ainda que este fosse conduzido mediante o uso de estruturas e procedimentos perfeitamente lícitos – a chamada elisão tributária.

A redação do referido dispositivo gerou grande polêmica ao condicionar a desconconsideração dos atos e negócios jurídicos praticados pelo contribuinte à hipótese de “dissimulação”, pois, para parte expressiva da doutrina jurídica, dissimulação é forma de simulação relativa, figura que se relaciona com a chamada evasão tributária (ilícita) e não com a elisão.

Na tentativa de regulamentar a aplicação da cláusula antielisiva (pretensamente contida no parágrafo único do artigo 116 do CTN), foi editada a Medida Provisória nº 66, que acabou, nesta parte, não sendo convertida em lei (Lei 10.637).

A esse respeito, é correto afirmar que:

(A) a autoridade administrativa jamais poderá desconsiderar atos praticados pelo contribuinte no contexto do chamado “planejamento tributário”, sejam eles lícitos ou ilícitos, justamente por não ter sido formalmente regulamentado o parágrafo único do artigo 116 do Código Tributário Nacional.

(B) a autoridade administrativa está plenamente autorizada a aplicar o parágrafo único do artigo 116 do Código Tributário Nacional, ainda que tal dispositivo não tenha sido regulamentado por lei ordinária.

(C) a Medida Provisória nº 66 previa procedimento especial para que a autoridade administrativa pudesse desconsiderar os atos praticados pelo contribuinte, como, por exemplo, dar a oportunidade ao contribuinte para se manifestar, antes de lavrado o auto de infração, sobre as razões do procedimento por ele adotado, situação que em nada mudou com a não conversão da Medida Provisória nº 66 em lei, já que o Decreto 70.235/72 prevê tal situação expressamente.

(D) em decorrência da não conversão da Medida Provisória nº 66 em lei e, conseqüentemente, da não regulamentação do parágrafo primeiro do artigo 116 do Código Tributário Nacional, a autoridade administrativa somente poderá desconsiderar atos e negócios jurídicos praticados pelo contribuinte, para então requalificá-los, quando houver algum tipo de desvio, como, por exemplo, simulação, abuso de direito e abuso de forma.

(E) no Brasil, nunca houve a necessidade de uma cláusula geral antielisiva, pois sempre se entendeu, tanto no âmbito doutrinário como no jurisprudencial, que a substância econômica do negócio deveria prevalecer sobre a forma.

## Prova Tipo 01

1 – C; 2 – E; 3 – E; 4 – C; 5 – C; 6 – E; 7 – A; 8 – E; 9 – B; 10 – B; 11 – D; 12 – C; 13 – C; 14 – E; 15 – D; 16 – B; 17 – E; 18 – B; 19 – D; 20 – D; 21 – B; 22 – E; 23 – C; 24 – A; 25 – B; 26 – C; 27 – D; 28 – A; 29 – D; 30 – A; 31 – E; 32 – D; 33 – C; 34 – B; 35 – B; 36 – E; 37 – E; 38 – A; 39 – D; 40 – C; 41 – C; 42 – C; 43 – A; 44 – A; 45 – E; 46 – C; 47 – B; 48 – A; 49 – D; 50 – E; 51 – A; 52 – D; 53 – C; 54 – B; 55 – B; 56 – E; 57 – A; 58 – D; 59 – D; 60 – D; 61 – D; 62 – B; 63 – A; 64 – C; 65 – E; 66 – C; 67 – E; 68 – D; 69 – A; 70 – B; 71 – D; 72 – A; 73 – B; 74 – A; 75 – B; 76 – E; 77 – E; 78 – C; 79 – D; 80 – D; 81 – B; 82 – A; 83 – B; 84 – E; 85 – C; 86 – B; 87 – E; 88 – B; 89 – A; 90 – C; 91 – A; 92 – C; 93 – E; 94 – A; 95 – B; 96 – A; 97 – D; 98 – C; 99 – C; 100 – D.

## Direito Tributário

21

Com relação aos tributos de competência dos Estados é correto afirmar que:

(A) o ICMS deverá ser seletivo em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços.

(B) o ITCMD terá a competência para sua instituição regulada por lei complementar, caso o doador tenha domicílio ou residência no exterior.

(C) o ICMS será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal, sendo que, em casos de isenção ou não incidência, salvo determinação em contrário da legislação, não ocorrerá a anulação do crédito relativo às operações anteriores.

(D) em razão de expressa disposição constitucional e atendimento ao princípio da capacidade contributiva, o IPVA não poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização dos veículos.

(E) o ITCMD terá suas alíquotas máximas fixadas por resolução do Confaz.

22

Em relação às normas constitucionais relativas às *contribuições previdenciárias*, examine as afirmativas a seguir.

I. A seguridade social será financiada, dentre outras, por contribuições a cargo do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, desde que com vínculo empregatício.

II. As contribuições do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão de obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho.

III. A lei definirá os setores de atividade econômica para os quais as contribuições incidentes sobre a receita ou faturamento serão não-cumulativas.

Assinale:

(A) se todas as afirmativas estiverem corretas.

(B) se somente afirmativa II estiver correta.

(C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

(E) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

23

As alternativas a seguir apresentam *atribuições da lei complementar tributária*, à exceção de uma. Assinale-a.

(A) Instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social.

(B) Dispor sobre o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.

(C) Instituir o imposto sobre grandes fortunas.

(D) Dispor sobre os requisitos para o gozo da imunidade tributária relativa a impostos sobre patrimônio, renda ou serviços das instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos.

(E) Atribuir ao sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente.

24

As alternativas a seguir apresentam *princípios tributários* consagrados no texto constitucional, à exceção de uma.

Assinale-a.

(A) Princípio do não-confisco.

(B) Princípio da liberdade de tráfego.

(C) Princípio da anualidade.

(D) Princípio da anterioridade.

(E) Princípio da capacidade contributiva.

25

Com relação à *interpretação e integração da legislação tributária*, analise as afirmativas a seguir.

- I. O emprego da equidade poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.
- II. A lei tributária, expressa ou implicitamente expressa pela Constituição Federal, pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado utilizados para definir ou limitar competências tributárias.
- III. Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre suspensão, extinção ou exclusão do crédito tributário.

Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (D) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (E) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

26

Com relação ao *lançamento tributário*, analise as afirmativas a seguir.

- I. De acordo com a redação do CTN o lançamento por homologação é aquele efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.
- II. O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo pode ser alterado a qualquer tempo em virtude da caracterização de erro de direito.
- III. Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

27

Assinale a afirmativa incorreta.

- (A) A solidariedade tributária instaura-se entre os sujeitos que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal e, nesta hipótese, não comporta benefício de ordem.
- (B) A capacidade tributária passiva independe de achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios.
- (C) A denúncia espontânea, formulada antes da notificação do lançamento ao sujeito passivo, exclui a responsabilidade por infrações à legislação tributária, desde que acompanhada do pagamento do tributo devido e dos juros de mora ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa.
- (D) O sujeito passivo é denominado contribuinte quando tem relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador.
- (E) O sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada à prática ou abstenção de ato que não configure obrigação principal.

28

Com relação à *dívida ativa*, analise as afirmativas a seguir.

- I. O lançamento regularmente notificado ao contribuinte, porque dotado de exigibilidade, constitui dívida ativa tributária.

II. A certidão de dívida ativa poderá ser emendada ou substituída até a decisão de primeira instância judicial, assegurada ao executado a devolução do prazo para embargos.

III. A certidão negativa de débito expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo crédito tributário e juros de mora.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (E) se somente a afirmativa I estiver correta.

29

Analise as afirmativas a seguir.

I. A cobrança judicial do crédito tributário fica sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento.

II. São pagos preferencialmente a quaisquer créditos habilitados em inventário ou arrolamento, ou a outros encargos do monte, os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo do *de cujus* ou de seu espólio, exigíveis no decurso do processo de inventário ou arrolamento.

III. A concessão de recuperação judicial depende da apresentação da prova de quitação de todos os tributos, sem qualquer exceção.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (D) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (E) se somente a afirmativa III estiver correta.

30

Assinale a afirmativa incorreta.

(A) É inconstitucional a taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção, tratamento e destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis.

(B) É inconstitucional a lei que estabelece alíquotas progressivas para o imposto de transmissão *inter vivos* de bens imóveis – ITBI, com base no valor venal do imóvel.

(C) De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal não constitui fato gerador do ICMS a saída física de máquinas e utensílios a título de comodato.

(D) É inconstitucional a incidência do ISSQN sobre operações de locação de bens móveis.

(E) Cabe a restituição do ICMS pago indevidamente quando reconhecido que o contribuinte de direito não recuperou do contribuinte de fato o *quantum* respectivo.

31

Com relação aos *empréstimos compulsórios*, assinale a afirmativa incorreta.

(A) Os empréstimos compulsórios deverão ser instituídos por meio de lei complementar.

(B) A instituição do empréstimo compulsório se justifica quando, para atender a calamidade pública, são necessárias despesas extraordinárias.

(C) A iminência de guerra externa é fundamento suficiente para a instituição de empréstimo compulsório.

(D) Todos os entes da Federação têm competência para a instituição do empréstimo compulsório, desde que haja urgência de investimento público.

(E) O empréstimo compulsório poderá ser instituído sob o fundamento de relevante interesse nacional.

32

Com relação à *Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico* (CIDE), assinale a afirmativa incorreta.

(A) Não poderá incidir sobre receitas de exportação.

(B) Não poderá incidir sobre a importação de produtos estrangeiros.

(C) Poderá incidir sobre a importação de serviços.

- (D) Poderá ter alíquota *ad valorem* tendo por base o faturamento, a receita bruta ou o valor da operação.  
(E) Poderá ter alíquota específica tendo por base a unidade de medida adotada.

33

O Código Tributário Nacional, em seu artigo 156, relaciona expressamente as hipóteses de *extinção do crédito tributário*. As alternativas a seguir apresentam hipóteses que estão inseridas na extinção do crédito tributário, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Novação.  
(B) Dação em pagamento com bens imóveis.  
(C) Transação.  
(D) Compensação.  
(E) Pagamento antecipado e homologação do lançamento.

34

As alternativas a seguir apresentam modalidades de *suspensão da exigibilidade do crédito tributário*, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) A moratória.  
(B) As reclamações e os recursos, consoante a legislação que regula o processo administrativo.  
(C) A liminar em mandado de segurança.  
(D) A compensação.  
(E) O parcelamento.

35

Com relação ao ICMS, assinale a alternativa correta.

- (A) Os serviços de comunicação não estão sujeitos ao ICMS.  
(B) Não pode haver uma mesma operação comercial, ainda que de natureza mista (com fornecimento de mercadoria e prestação de serviços), que seja tributada tanto pelo ICMS (valor da mercadoria) como pelo ISS (valor do serviço).  
(C) Incide no caso de transferência de titularidade de bens do ativo fixo ou imobilizado.  
(D) Não incide quando se tratar de bem ou mercadoria importado por pessoa que não seja contribuinte habitual do imposto, nos termos das Constituição Federal.  
(E) Será garantida a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores no caso de exportação de mercadorias, mesmo que a Constituição Federal expressamente determine a não incidência do ICMS sobre mercadorias e serviços destinados ao exterior.

36

Analise as afirmativas a seguir.

- I. O contribuinte de direito poderá postular a repetição do indébito se estiver autorizado por quem tenha assumido o encargo financeiro do tributo.  
II. Os juros moratórios são devidos a partir do trânsito em julgado da sentença.  
III. A correção monetária incide a partir do pagamento indevido.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.  
(B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.  
(C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.  
(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.  
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

37

Com relação ao adquirente de *fundo de comércio ou estabelecimento comercial*, analise as afirmativas a seguir.

- I. Terá responsabilidade integral se o alienante cessar a exploração da atividade.  
II. Terá responsabilidade subsidiária se o alienante iniciar, em até seis meses, nova atividade em outro ramo de comércio.  
III. Será responsável no caso de aquisição de filial mediante alienação judicial em processo de falência.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.  
(B) se somente a afirmativa II estiver correta.

- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

38

Assinale a afirmativa incorreta.

- (A) O Código Tributário Nacional, no artigo 195, nega aplicação às disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar os livros comerciais do contribuinte.
- (B) A fiscalização tem o seu poder limitado, dentre outras, por força de questões funcionais e territoriais.
- (C) O sigilo de correspondência não pode ser invocado pelo contribuinte em sua defesa, uma vez que este direito poderá ser afastado no exercício da fiscalização pelas autoridades administrativas, mesmo sem haver autorização judicial.
- (D) O Supremo Tribunal Federal já pacificou o entendimento no sentido de não ser possível a interdição de estabelecimento como meio coercitivo de cobrança de tributo.
- (E) Não se admite, segundo entendimento consagrado no Supremo Tribunal Federal, a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamento de tributos.

39

Com relação aos *tratados internacionais bilaterais* firmados para evitar a bitributação, assinale a alternativa correta.

- (A) Versam especificamente sobre tributos incidentes sobre a renda e o capital.
- (B) Encontram-se submetidos às regras do GATT e OMC.
- (C) Podem ser interpretados sempre de acordo com a lei interna dos países signatários.
- (D) Ampliam, em muitos casos, a tributação (alíquota e base de cálculo) prevista na lei interna.
- (E) Não dependem de referendo do Congresso Nacional, sendo prerrogativa exclusiva do chefe do Executivo.

40

Analise as afirmativas a seguir.

- I. A principal característica do contribuinte do ICMS é a habitualidade, admitindo-se exceção pelo critério de volume.
- II. O responsável ou sujeito passivo indireto é todo aquele obrigado ao pagamento do tributo ou penalidade pecuniária, mesmo sem revestir-se da condição de contribuinte.
- III. A entrada de mercadoria ou bem no estabelecimento do adquirente ou em outro por ele indicado, para efeito de exigência do imposto por substituição tributária, inclui-se também como fato gerador do imposto.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

#### Gabarito

001 – D; 002 – A; 003 – D; 004 – C; 005 – B; 006 – C; 007 – A; 008 – C; 009 – B; 010 – B; 011 – D; 012 – B; 013 – E; 014 – E; 015 – E; 016 – C; 017 – C; 018 – C; 019 – E; 020 – B; 021 – B; 022 – D; 023 – E; 024 – C; 025 – A; 026 – C; 027 – C; 028 – A; 029 – A; 030 – A; 031 – D; 032 – B; 033 – A; 034 – D; 035 – E; 036 – E; 037 – C; 038 – C; 039 – A; 040 – E; 041 – A; 042 – D; 043 – B; 044 – A; 045 – D; 046 – B; 047 – D; 048 – D; 049 – D; 050 – E; 051 – B; 052 – C; 053 – B; 054 – A; 055 – A; 056 – B; 057 – D; 058 – A; 059 – A; 060 – D; 061 – D; 062 – B; 063 – C; 064 – A; 065 – E; 066 – D; 067 – C; 068 – A; 069 – E; 070 – E; 071 – B; 072 – D; 073 – A; 074 – B; 075 – A; 076 – B; 077 – D; 078 – E; 079 – C; 080 – E; 081 – A; 082 – E; 083 – A; 084 – C; 085 – B; 086 – D; 087 – E; 088 – C; 089 – B; 090 – D; 091 – B; 092 – E; 093 – C; 094 – E; 095 – E; 096 – C; 097 – A; 098 – B; 099 – C; 100 – E.